

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO DISTRITO FEDERAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO LOCAL

Heritage education in the federal district: a contribution to the recognition of local heritage.

Fábio da Silva

Doutorando em Geografia (posgea/UnB), mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB), especialista em Educação Artística Aplicada - Artes Plástica (FSL- SP) e graduado em Educação Artística - História da Arte (FE/UERJ). Professor de Arte da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8271-7555>

fabiosidneyster@gmail.com

Contribuição ao VI Simpósio Interdisciplinar de Pós-Graduação e Pesquisa (VI SINPE)

RESUMO

O objetivo deste artigo é buscar quais fatores determinam o uso da Educação Patrimonial nas escolas da rede pública do Distrito Federal e auxiliar a geografia escolar e a divulgação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, com a finalidade de debater o benefício da conservação do lugar pelas escolas locais; assim como, contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. Como metodologia, podemos citar a necessidade de uma revisão bibliográfica, isso porque faremos uso de material já publicado, constituído principalmente de artigos científicos.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Distrito Federal; Identidade Cultural; Memória coletiva; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate which factors determine the use of Heritage Education in public schools in the Federal District and to assist in school geography and the dissemination of the Cultural Heritage of the Federal District, with the purpose of discussing the benefits of preserving the place by local schools; as well as contributing to the teaching-learning process. As a methodology, we can mention the need for a bibliographic review, since we will use previously published material, consisting mainly of scientific articles.

Keywords: Heritage Education; Federal District; Cultural Identity; Collective Memory; Teaching of Geography.

1. INTRODUÇÃO

Buscou-se neste artigo reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: qual a relação das escolas públicas do DF com a Educação Patrimonial e o ensino de Geografia e Arte. No portal do IPHAN (2014, p. 19) existe a seguinte defesa a respeito do

que é Educação Patrimonial:

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

O problema foi direcionando a pesquisa para as áreas de Geografia escolar, assim verificamos a sua importância e especificamente mapear o potencial de cada lugar do DF; conhecer a história da cidade, como ela foi concebida; auxiliar no processo de ensino/aprendizagem e divulgar o Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Devido o dilema posto no ensino de Educação Patrimonial, a respeito da hegemonia do Patrimônio de Brasília em detrimento ao do Distrito Federal, esse artigo se justifica através do estudo do Patrimônio Cultural do DF em contribuição para o seu público das escolas públicas do DF e o benefício da conservação do lugar, a partir das aulas de Geografia. Esse estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa básica, uma vez que investigará novos fenômenos físicos e seus fundamentos, jamais estudados antes.

A Educação Patrimonial é uma ferramenta que ajuda os professores e alunos da educação básica a conhecerem e entenderem a importância do Patrimônio Cultural existente na cidade. Tanto que a Educação Patrimonial se torna uma via interessante de análise para o ensino de Geografia.

De acordo com Horta e Grunberg, Educação Patrimonial é:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg, 1999, p. 6).

É interessante destacar que é a partir da experiência de contato dos alunos com o patrimônio que se efetua a Educação patrimonial. Este artigo de pesquisa delimitou-se em colher informações sobre quais fatores determinam o uso da Educação Patrimonial nas escolas da rede pública do Distrito Federal, auxiliar a geografia escolar, a divulgação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, com a finalidade de debater o benefício da conservação do lugar nas escolas locais.

2. METODOLOGIA

Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação deste artigo, observou-se que ele é classificado como pesquisa descritiva. Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica quando se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos

eletrônicos e enciclopédias na busca e alocação de conhecimento sobre a preservação do patrimônio de divulgação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

A pesquisa assume como, sendo descritiva, por sua vez, expor as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários, etc. Descreve uma experiência, uma situação, um fenômeno ou processo nos mínimos detalhes. Por exemplo, quais as características de um determinado grupo em relação a sexo, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade, etc. A seguir, traremos a metodologia, em que serão demonstrados os procedimentos que o trabalho teve para ser desenvolvido; nas seguintes seções: Educação e Patrimônio, A Educação Patrimonial no ensino de Geografia e A Educação Patrimonial no DF. Teremos a análise dos dados e, por fim, os resultados nas considerações.

3. EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO

Primeiramente, precisamos entender o que é educação. O pedagogo Paulo Freire vê a Educação como prática da liberdade (FREIRE, 1997). Para o referido autor, educação é libertar, mas ainda no século XXI infelizmente estamos vivendo sobre as amarras dos nossos opressores, nossos colonizadores, e a concepção dessa educação libertadora é que o educando transforme o mundo em que vivem, contudo, compreendo que o poder hegemônico continua, e eu não quero reproduzir a continuidade desse discurso Eurocêntrico, que invisibiliza o potencial dos sujeitos empobrecidos. A esse respeito, Costa afirma que:

Deve-se reconhecer o sujeito e o grupo localizados em permanente situação espacial, transformadores e transformados pelo mundo; são centros da ativação, da preservação e os detentores reais do patrimônio-territorial a ser encontrado dentro e fora dos sujeitos comunitários (Costa, 2017, p. 7).

Trabalhar o sujeito situado na desconstrução dos conceitos do opressor, envolvendo a população, a comunidade no contexto escolar, a paisagem e o lugar são territórios educativos e percebemos a importância de ensinar a história da cidade juntamente com a participação da comunidade por ser fundamental na construção de uma cidadania, a partir de múltiplas narrativas sobre o patrimônio do lugar, valorizando a relação do indivíduo com a cidade considerando que ele é parte integrante do processo de construção da história local, pois todos nós devemos ter direito a cidade, isso é fundamental para a população brasileira, que muitas das vezes é segregada no espaço público.

A preservação do patrimônio cultural é de extrema importância, porém, a população em sua maioria desconhece seu valor histórico, artístico e cultural, portanto, assume-se necessário a partir do ensino e de uma Educação voltada para a valorização e conservação do Patrimônio para que a

comunidade tome conhecimento do que seja isso e, a partir daí, faça uma leitura do mundo a sua volta e de sua história local.

Ainda tratando sobre a leitura do mundo o pedagogo Paulo Freire afirma: “a leitura do mundo, precede sempre a leitura da palavra” É o que nos interessa, a questão da alfabetização total do aluno e não fragmentada e, dentro desta pesquisa, a percepção patrimonial, que seria a relação afetiva e histórica dos alunos com a cidade. Assim, poderemos entender o território por meio de quem a vivência: “Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (Freire, 2014, p. 68). Nessa perspectiva, compreenderemos e estimularemos o cidadão a pensar sobre a realidade, criar oportunidades de aprendizagem e transformação da vida.

A escolha de trabalhar o Patrimônio Cultural se dá porque acreditamos na importância de divulgar e valorizar as práticas sociais em nossos espaços. Apesar dos debates sobre o assunto existir nas áreas da Ciência Social e Humana, ter a Educação envolvida neste processo, é muito importante como possibilidade de construção de identidade e de pertencimento dos sujeitos escolares, a partir de atividades lúdico-pedagógicas voltadas para o público escolar, em geral, possibilitando o trabalho em Geografia, enquanto se divertem ao criar o caminho da casa para a escola e como poder dar visibilidade para a escola é um fazer geográfico, é uma leitura crítica da cidade.

5. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Um dos objetivos de se propor a Educação Patrimonial no ensino de Geografia é (re)construir o sentido de pertencimento do patrimônio local nas cidades do Distrito Federal, uma vez que a história do DF sempre foi contada a partir de Brasília, num discurso oficial. Apesar dos debates sobre o Patrimônio, ter o ensino da Geografia com a Educação Patrimonial e pesquisar o lugar é muito importante como possibilidade de construção de identidade cultural e de pertencimento e o papel dessa área do conhecimento é apresentar possibilidades efetivas de promover a Educação Patrimonial na unidade escolar; como exemplo podemos citar atividades de visitas aos espaços públicos da cidade, como as praças, igrejas, feiras, que é uma leitura do lugar e da paisagem local.

De acordo com Galhardo *et al.* (2019, p. 5), “ao se utilizar referências culturais, pressupõe-se que os bens façam sentido aos grupos sociais, pois cabe à coletividade a atribuição de valor patrimonial aos objetos e às ações”. Para estes mesmos autores, Galhardo *et al.* (2019), “o ensino básico é tido como um importante vetor no desenvolvimento da educação patrimonial, pois os alunos, individual ou socialmente, são meios profícuos de extroversão de todo o conhecimento patrimonial” (*op. cit.*, p. 6). A Educação Patrimonial é algo novo na educação básica, ela surge há cerca de 15 anos e propor seu uso no âmbito da Geografia torna-se uma nova maneira de ensinar e aprender a pensar geograficamente (Cavalcanti, 2019).

A Educação Patrimonial cria possibilidades de dialogar com as demais disciplinas, é o pontapé para se construir a noção de cidadania nos estudantes. A escola é um território de aprendizagem e de inclusão, devemos provocar os alunos a demonstrarem o que eles aprenderam, por meio de uma metodologia emancipadora, que busca a sua realidade socioeconômica, para entender de onde eles vêm e como eles vivem.

Neste artigo, trato a forma como os professores de Geografia aplicam o tema Patrimônio no seu conteúdo programático, explorando as narrativas históricas nos espaços públicos das cidades do Distrito Federal. Com esta proposta, pretendo verificar como se dá a interação dos alunos da rede pública de ensino com a cidade e o patrimônio material e imaterial. Segundo Jaqueline Moll:

A cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (Moll, 2009, p. 15).

A partir do ensino, podemos contribuir para a formação e para a conservação da identidade da cidade e como uma prática pedagógica voltada para uma Educação Patrimonial pode garantir a preservação do patrimônio moderno, além de contribuir para a formação do cidadão e tornar visível a cultura da cidade. Educar para o sentimento do lugar é estabelecer vínculo, é preservar os territórios, a vida e a memória coletiva, é caminhar juntos, valorizando a cultura que está no espaço geográfico, fortalecendo a história e a cultura de um grupo de um determinado lugar.

Para ocorrer uma verdadeira mudança na maneira de ensinar na escola, cabe ao professor conhecer e reconhecer a paisagem local do seu território de trabalho, que, muitas das vezes, é o mesmo em que os seus alunos vivem. De acordo com Callai (2010, p. 15-37), “É necessário e importante considerar a cultura do local, portanto, na definição de que trabalhar a geografia e, em especial, de como fazer o trabalho com os conteúdos”. Neste caso, é importante que o professor tenha conhecimento daquilo que ele vai ensinar. A autora citada acrescenta:

a Geografia a ser ensinada deve considerar os seguintes aspectos: para quê, como, o quê, para quem. Para tanto, trata da importância e da necessidade de se considerar a cultura escolar e do entorno da escola, o papel da escola no mundo atual e o da geografia como conteúdo curricular (Callai 2010, p. 15-37).

Por isso, considero ser uma via interessante para um professor de Geografia trabalhar com o patrimônio, pela importância de formar um sujeito que tenha a percepção do espaço em que vive. E vejo que é absolutamente possível ter o ensino de Geografia com a Educação Patrimonial, porque vai desenvolver no aluno um pensamento crítico e proporcionar o conhecimento do seu território, formando um cidadão mais consciente.

Em relação à formação da cidadania, o papel da Geografia nas escolas, de acordo com Suess e

Silva (2019), “Como disciplina escolar, desempenha fundamental papel na formação de cidadãos conscientes, reflexivos, críticos e informados do seu mundo, seus condicionantes e possibilidades”. O papel do educador que trabalha com a Educação Patrimonial é fazer a interpretação do patrimônio juntamente com aqueles a quem se propõe educar. E proporcionar o acesso da população aos bens patrimoniais, dos quais foram privados, é uma de suas tarefas.

6. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO DISTRITO FEDERAL

A Educação Patrimonial no Distrito Federal foi instituída por lei em 2016, por meio da Portaria de número 265, de 17 de agosto de 2016, que foi implementada na rede pública de ensino, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), através da sua Gerência de Educação Ambiental, Educação Patrimonial, Línguas Estrangeiras e Artes (GEAPLA) quem as executa, para debaterem a Educação Patrimonial no âmbito do Distrito Federal. Foi a deputada distrital Arlete Sampaio a autora da Lei do Dia do Patrimônio Cultural – Lei no 5.080/2013. Uma lei elaborada por sugestões dos professores de arte da SEEDF José Dalvinei e Gloria Yang e o professor emérito da FAU/UnB José Carlos Córdova Coutinho; a partir da ideia da criação do dia do Patrimônio Cultural sugerida pela professora Yara Regina Oliveira, quando ela morava em Paris, trazendo consigo a proposta para termos algo semelhante em Brasília.

A Educação Patrimonial no DF é algo completamente novo, fica evidente que diante deste quadro há uma necessidade de ter estudos que explore a maneira que a Educação Patrimonial contribui com a preservação e conservação do patrimônio cultural, pois o discurso de patrimônio reforça a hegemonia de Brasília. O mais tranquilizador, sobretudo, é constatar que a SEEDF, no âmbito da GEAPLA, busca capacitar os professores da rede em suas Jornadas do Patrimônio, que acontecem anualmente em formato de seminários.

Na opinião de Suess e Souza, "a política de Educação Patrimonial torna-se um importante instrumento de resgate e valorização das peculiaridades históricas e culturais da comunidade escolar" (Suess; Souza, 2020, p. 93). Com isso, a SEEDF proporciona ao quadro de professores a oportunidade de capacitação nesta área de ensino. Mesmo assim, parece haver razão para se preocupar como está sendo aplicado a Educação Patrimonial no currículo escolar, porque diversos educadores ainda seguem o modelo tradicional de ensino, que insiste em uma abordagem Eurocêntrica; mas acredito que a partir de uma perspectiva de modo não eurocêntrico ampliaria o olhar daqueles a quem nos propomos educar. E não é exagero afirmar que mesmos os professores que trabalham na perspectiva da Educação Patrimonial compactuam com este conceito. É importante que se faça urgentemente uma discussão daquilo que não é Educação Patrimonial (Tolentino, 2016) senão continuaremos reproduzindo modelos impostos pelos nossos colonizadores.

Conforme Freitas e Costa, projetos de Educação patrimonial "oferecem uma dimensão pedagógica alternativa que amplia possibilidades de ensino e aprendizagem em espaços simbólicos do DF" (Freitas; Costa, 2020, p. 36). Trata-se inegavelmente da importância desta abordagem na educação básica. O mais preocupante, contudo, é constatar que diversos materiais didáticos, como livros e apostilas, ainda insistem nesta abordagem Eurocêntrica. Sobre este aspecto, observamos que os livros didáticos de Geografia, História e Arte também apresentam um código cultural hegemônico, que é o discurso eurocêntrico, em se tratando de patrimônio. Seus exemplos são sempre os centros históricos, as cidades patrimonializadas. Outro fator de importância é que nos possibilita realizar um trabalho de desconstrução de um discurso hegemônico sobre o patrimônio, e pretendemos trazer novos olhares sobre essa história, uma abordagem contra-hegemônica. Colocar o uso da história local na sala de aula. E para defender a minha tese, pretendo ampliar a noção de patrimônio, quebrando a dicotomia entre a tradição e o popular.

É importante considerar que A Educação Patrimonial é um tema que deve compor a matriz curricular na rede pública de ensino do Distrito Federal, e a nossa pesquisa contempla a Política Pública do Estado, uma vez que, vai proporcionar que a escola se torne propositora de uma Educação Patrimonial, neste caso a nossa pesquisa vem ao encontro da proposta da SEEDF, que visa a garantir práticas pedagógicas que estimulem a preservação do patrimônio público e cultural como a elaboração dos inventários participativos das unidades escolares da SEEDF e Produção de materiais didáticos.

Portanto, vale lembrar que no nosso país, a Educação Patrimonial é fundamental, porque temos diversos centros históricos e vários sítios arqueológicos, que precisam ser estudados, preservados e divulgados, além do que há possibilidades de se trabalhar o conceito de cidadania com os sujeitos escolares, formando cidadãos mais conscientes com o espaço que vive. Em se tratando do Distrito Federal, estes aspectos podem se tornar um exemplo didático, para todos os Estados do Brasil, dando ênfase ao uso da história local na sala de aula.

Segundo Suess e Souza (2020) A importância da Educação Patrimonial no DF pelas escolas públicas é porque ela torna visível a identidade local, relacionada ao DF e facilita sensibilizar o cidadão a refletir que preservando a arte pública dessa forma, ele preservará a sua identidade e que é possível contribuir com a preservação e conservação do patrimônio cultural. Como bem nos assegura Freitas e Costa (2020) favorecer a noção de pertencimento dos estudantes da rede pública do Distrito Federal com a cidade que reside e permite formar cidadãos com uma base cultural comum, colaborando nos processos de valorização dos elementos que são referência para as comunidades, ampliando assim seu acesso aos bens culturais e a democratização das políticas de preservação (Garcia, 2020, p. 101). Como se pode verificar nessa citação, evidentemente a aplicação pode ser

utilizada para formação da cidadania dos sujeitos escolares, nos processos de Ensino/aprendizagem, nas aulas regulares de Geografia. Cita-se, como exemplo, ensinando a história da cidade, mostrando como ela foi planejada e a contribuição dos artistas na sua construção. Ainda para Garcia (2020, p. 101): Trata-se de um instrumento fundamental de inserção da comunidade nos processos de preservação, construção e gestão dos bens patrimoniais, uma vez que colabora na identificação dos elementos que são referência e possuem valor e importância para as comunidades.

Vê-se, por isso que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) a partir de uma portaria de n.º 265/2016, que institui a Política de Educação Patrimonial conjunta com a SEEDF, assinada pelas duas secretárias do Governo do Distrito Federal (GDF) no ano de 2017, torna-se possível a realização dos trabalhos pedagógicos e culturais referentes a Educação patrimonial no território do DF. Pode-se dizer que ambas as pastas governamentais estão alinhadas naquilo que se entende como proposta pedagógica para o fortalecimento da cidadania e participação da comunidade na construção de ações que envolvam a Educação Patrimonial. A SECEC através da Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC), por ser responsável pelos equipamentos museológicos e culturais do DF, propôs a SEEDF uma aliança entre a Educação Patrimonial e a Educação Museal através do Projeto Territórios Culturais, que visa uma abordagem integral do Patrimônio Cultural material e imaterial do DF. Esta parceria se dá entre as escolas públicas do DF com visitas guiadas nos principais espaços de memória do DF, tais como: Catetinho; Museu Vivo da Memória Candanga; Museu Nacional da República; Cine Brasília; Centro Cultural Três Poderes e Memorial dos Povos Indígenas (Freitas; Costa, 2020, p. 41).

Já a SEEDF em contrapartida, disponibiliza o seu corpo discente e docente capacitados para atender a demanda nos locais de visitas, oportunizando os sujeitos escolares da Educação básica conhecerem e valorizarem os bens culturais materiais e imateriais que se encontram nos espaços a serem visitados. É importante ressaltar que os professores cedidos para o Projeto Territórios Culturais, são todos de carreira efetiva da secretaria e são de diversas áreas do conhecimento; todos passam por uma seleção interna, simplificada para realizarem as suas atividades baseadas no documento denominado Currículo em Movimento da Educação Básica (2018) que aborda a Educação Patrimonial em todas as etapas e modalidades do ensino e áreas do conhecimento.

Enquanto o Governo Federal através da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal no ano de 2018 realizou uma parceria com a SEEDF, para a publicação do livro Athos colorindo Brasília que trata da vida e obra do artista plástico carioca Athos Bulcão que veio para Brasília a convite do arquiteto Oscar Niemeyer para realizar seus painéis de azulejos nas fachadas dos principais prédios criados por ele. Esta foi uma experiência exitosa que levou a equipe do IPHAN a desenvolver o projeto Coleção Patrimônio para Jovens; é importante frisar que a projeto piloto da equipe foi todo

trabalhado por eles, mas para o trabalho seguinte a sugestão foi de criar um livro sobre cada cidade distrital com o foco nas histórias dos seus habitantes, a partir dos inventários participativos, uma metodologia elaborada pelo próprio IPHAN (Dantas; Januzzi, 2020, p. 114). No âmbito da SEEDF, a proposta se concretiza com a participação dos alunos e professores das escolas interessadas. Após estabelecerem os acordos, ambas as instituições decidiram pela Região Administrativa de Ceilândia, por ser a cidade mais populosa do Distrito Federal e com maior número de unidades educacionais do território distrital. Nesse sentido, a importância da Educação Patrimonial no DF pelas escolas públicas permite contribuir com a preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Dessa forma como vem sendo trabalhado as ações de Educação Patrimonial pelos governos Federal e Distrital, as Organizações Não Governamentais (ONG's) existentes no DF também tem se apropriado desta temática para compreender a história da cidade e reconhecer o território do qual se está falando, proporcionando o seu direito à cidadania. Nesse sentido, vamos exemplificar a importância da Educação Patrimonial no Distrito Federal pelas escolas públicas como ferramenta para o fomento ao pertencimento dos estudantes da rede pública à cidade do Distrito Federal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que nas escolas públicas do Distrito Federal são poucos os professores que trabalham com esta temática e ela ainda é tratada apenas pelas disciplinas de Arte e História, sendo de pouco interesse dos professores de Geografia. A importância de se trabalhar a Educação Patrimonial na disciplina de Geografia se refere a formação integral daqueles a quem se propõe educar, pois se supõe que seja de conhecimentos dos professores que o objetivo da Educação é formar um sujeito capaz de fazer a leitura do mundo que o cerca (Freire, 1997); porém reconhecemos as limitações que os devidos professores têm em sua formação para abordar o referido tema, pois este é o grande desafio que temos encontrado no sistema educacional. Tem-se uma hipótese que a Educação Patrimonial pode ser uma ferramenta para o fomento ao pertencimento dos alunos das escolas públicas do Distrito Federal a sua região de origem, podendo auxiliar no processo de ensino de Geografia.

REFERÊNCIAS

CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. de (org.). **Formação de professores: conteúdos e metodologias de ensino de Geografia**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 15-37.

CAVALCANTI, L. de S. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. 232p.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 256p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 192p.

FREITAS, V. N.; COSTA, L. F. C. Projeto territórios culturais: educação patrimonial e museal no Distrito Federal. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 1, p. 36-44, 2020.

GARCIA, C. da C.; FUENZALIDA, M. P. J.; OLIVEIRA, I. A de; SILVA, F.; LIMA, C. A caixa patrimonial: um projeto de educação patrimonial para escolas do Distrito Federal. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 1, 2020.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico da educação patrimonial**. IPHAN, Museu Imperial. Brasília, 1999. 69p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política do Patrimônio Cultural Material**, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

MOLL, J. (Org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, Secad, 2009. 56p.

SUESS, R. C.; SOUZA, R. S. R. de. Educação patrimonial: perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 1, p. 88-99, 2020.

SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, n. 7, p. 1-36, 2019.

TOLENTINO, A. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. **Caderno Temático 5**, João Pessoa, p. 38-48, 2016.